

Em Tese®

HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA DOS CENTROS ÀS PERIFERIAS: GENEALOGIA, DISPUTAS E TRANSFORMAÇÕES

History of agroecology from the cores to the peripheries: genealogy, disputes and transformations

Historia de la agroecología desde los centros hasta las periferias: genealogía, disputas y transformaciones

Mariana Homem de Mello Reinach

Doutoranda

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).

Rio de Janeiro, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-1942-4191>

mhmr@ufrrj.br

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

No Brasil, muitas são as pesquisas que analisam a agroecologia em escala local. No entanto, há uma carência de estudos sociológicos que analisem os efeitos de sua adoção em um contexto geopolítico mais amplo, e complexifiquem as relações de poder presentes em torno de sua disseminação e prática. O presente artigo apresenta uma genealogia contextualizada sobre as condições de emergência e difusão da agroecologia pelo mundo, desde os anos 1930 até os dias de hoje, demonstrando que sua disseminação, dos centros às periferias (de países centrais para países periféricos; da academia para as comunidades rurais e movimentos sociais), e depois de volta aos centros (dos movimentos sociais às ONGs, políticas estatais e empresariais), implicou profundas ressignificações do termo. Concluímos que as transformações pelas quais o termo "agroecologia" passou e as disputas atuais sobre seu significado guardam relação com diferentes momentos históricos, atores sociais e relações de poder que revestem a dialética do saber-poder na construção do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia. Relações de poder. Genealogia. Sistema-mundo.

ABSTRACT

In Brazil, many studies analyze agroecology on a local scale. However, there is a lack of sociological studies that analyze the effects of its adoption in a broader geopolitical context, and complexify the power relations present around its dissemination and practice. This article presents a contextualized genealogy of the conditions in which agroecology emerged and spread around the world, from the 1930s to the present day, demonstrating that its dissemination from the core to the periphery (from core countries to peripheral countries; from academia to rural communities and social movements), and then back to the core (from social movements to NGOs, state and corporate policies), has implied profound reframings of the term. We conclude that the transformations that the term "agroecology" has undergone and the current disputes over its meaning are related to different historical moments, social actors and power relations that cover the dialectic of knowledge-power in the construction of knowledge.

KEYWORDS: Agroecology. Power relations. Genealogy. World-system.

RESUMEN

En Brasil, existen numerosas investigaciones que analizan la agroecología a escala local. Sin embargo, hay una carencia de estudios sociológicos que examinen los efectos de su adopción en un contexto geopolítico más amplio y que complejicen las relaciones de poder presentes en torno a su difusión y práctica. Este artículo presenta una genealogía contextualizada sobre las condiciones de emergencia y difusión de la agroecología en el mundo, desde la década de 1930 hasta la actualidad, demostrando que su propagación, desde los centros hacia las periferias (de países centrales a países periféricos; de la academia a las comunidades rurales y movimientos sociales) y luego de regreso a los centros (de los movimientos sociales a las ONG, políticas estatales y empresariales), implicó profundas resignificaciones del término. Concluimos que las transformaciones que ha atravesado el término “agroecología” y las disputas actuales sobre su significado están vinculadas con diferentes momentos históricos, actores sociales y relaciones de poder que envuelven la dialéctica del saber-poder en la construcción del conocimiento.

PALABRAS CLAVE: Agroecología. Relaciones de poder. Genealogía. Sistema-mundo.

1 INTRODUÇÃO

Apesar de hoje haver um relativo consenso em torno da existência de uma dimensão política, social e cultural da agroecologia, reafirmada principalmente em países periféricos, esta dimensão carece de definições precisas. Seus princípios ideológicos são vagos e o grau de transformação social, política e ambiental que ambiciona alcançar não são claros (Wezel et. al., 2009). Ainda assim, alguns movimentos sociais acusam iniciativas empresariais ou governamentais de estarem “cooptando” a agroecologia e esvaziando seu conteúdo supostamente emancipatório. Porém, será possível falar em um “verdadeiro” ou “original” conteúdo do conceito da agroecologia?

Visando contribuir com essa discussão, o presente artigo tem por objetivo contextualizar os diferentes momentos históricos de emergência e posterior difusão da agroecologia pelo mundo, traçando uma genealogia desse conceito desde sua criação, e observando como e por quê se deram as principais transformações em seu conteúdo.

Ao realizar um levantamento bibliográfico no Banco de Teses da CAPES, foi possível observar que no Brasil, muitas são as pesquisas que analisam a agroecologia sob um ponto de vista agronômico, ecológico ou antropológico, em escala local. Percebemos, no entanto, que ainda há uma carência nos estudos acadêmicos que analisem os efeitos de sua adoção em um contexto geopolítico mais amplo, e complexifiquem as relações de poder presentes em torno de sua disseminação e prática. Nossa escala de análise internacional busca contribuir com essa lacuna.

Além disso, notamos que no Brasil, muitos dos textos a respeito da agroecologia afirmam erroneamente que o termo surgiu nos anos 1970 (quando na realidade ele

apenas chegou na América Latina por volta dessa década, o que ignora seu desenvolvimento anterior em países centrais), ou mesmo defendem, de forma anacrônica, que a agroecologia “sempre existiu” na prática de comunidades tradicionais – o que nega a história concreta sobre as origens e desenvolvimento deste termo em específico, e sobre o processo muito anterior e mais sofisticado de desenvolvimento das diversas formas de manejos agrícolas tradicionais. Traçar uma linha do tempo mais precisa sobre o desenvolvimento do termo pode ajudar a desmistificar essas proposições.

Nossa pesquisa demonstra que o conteúdo do conceito de “agroecologia” se modificou de acordo com momentos históricos e relações de poder estabelecidas entre os diferentes atores que o desenvolveram ao longo do tempo. Pretendemos, com uma revisão sistemática sobre esse processo, condensar para os leitores brasileiros parte do rico conteúdo a respeito da história da agroecologia que existe apenas em línguas estrangeiras, e contribuir para uma maior compreensão sobre as disputas políticas que revestem a agroecologia hoje em dia, uma vez que na realidade seu conteúdo esteve em disputa ao longo de toda o seu desenvolvimento.

Para realizar essa reflexão, partimos das seguintes premissas²: 1) A ciência e a técnica estão amalgamadas à sociedade da qual emergem, reproduzindo em seu seio relações de poder; 2) A sociedade capitalista se assenta sobre a concentração e centralização de poder e de recursos, a hierarquização da sociedade e a exploração do trabalho; 3) A sociedade capitalista tem uma tendência expansionista e organiza-se internacionalmente em um Sistema Mundial, que integra a economia-mundo capitalista e o sistema interestatal. A noção de sistema-mundo revela as relações de dominação que organizam a distribuição de riqueza, poder e recursos entre nações centrais, periféricas e semi-periféricas³.

Além desta breve introdução, o artigo é composto por outros sete tópicos. O primeiro deles apresenta os procedimentos de pesquisa utilizados. O segundo descreve a criação do termo “agroecologia” e seu desenvolvimento entre os anos 1930 e 1970 nos países centrais. O terceiro tópico aborda a disseminação da agroecologia em países

²Fundamentadas em Bookchin (1999, 2010), Bakunin (2014), Porto-Gonçalves (2004), Composto e Navarro (2014); Gurvitch (1987), Ferreira (2016), Johnson (1997).

³As nações centrais são aquelas que controlam a maior parte da riqueza mundial, os meios físicos para fazer a guerra, tecnologia de produção e recursos financeiros. As sociedades periféricas e semi-periféricas incluem nações mais ou menos pobres, que controlam poucos recursos produtivos, sendo vulneráveis, dependentes e exploradas pelas nações centrais. O moderno sistema-mundo capitalista tem suas raízes no colonialismo, e sua lógica é reproduzida também dentro de cada país (colonialismo interno).

periféricos e semi-periféricos de clima tropical, destacando as transformações que o termo sofreu a partir do contato entre agrônomos e comunidades rurais entre os anos 1970 e 1980. O quarto tópico, ainda centrado na difusão da agroecologia em países periféricos, destaca o encontro de agroecólogos com as lutas camponesas, e a incorporação da agroecologia por movimentos sociais entre os anos 1980 e 2000. O quinto tópico apresenta um caminho inverso, da periferia aos centros, quando, a partir dos anos 2000, a agroecologia foi incorporada por ONGs e pelo Estado, já em sua fase neoliberal. Nossa sexta tópico apresenta uma interpretação sobre as transformações e disputas em torno do conteúdo do conceito de agroecologia como parte da dialética do saber-poder na construção do conhecimento. Por fim, o sétimo tópico apresenta as principais conclusões do estudo.

2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa que deu origem a este artigo foi inteiramente realizada por meio da análise de fontes bibliográficas e documentais. Realizamos um levantamento bibliográfico dos artigos, obras e autores mais citados no campo da agroecologia, que deu origem a uma primeira listagem de quarenta e cinco publicações. Essas publicações foram subdivididas em eixos temáticos, a saber:

- a) Primeiros usos do termo “agroecologia”:** BENSIN, 1928, 1930; COX e ATKINS, 1979; HART, 1979, entre outros.
- b) Histórico da agroecologia:** HECHT, 1995; SEVILLA GUZMÁN e MOLINA, 2005; WEZEL et. al., 2009; SEVILLA GUZMÁN, 2011; SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013; GLIESSMAN, 2013; ALTIERI, 2015; NORDER et. al. 2016.
- c) Bases/referências da agroecologia contemporânea:** ALTIERI, 1989, 2004; GONZÁLEZ DE MOLINA, 1992; SEVILLA GUZMÁN, 1995, 2001, 2002; GLIESSMAN, 2001; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; entre outros.
- d) Agroecologia e movimentos sociais:** SEVILLA GUZMÁN, 1980, 1999; SEVILLA GUZMÁN e MOLINA, 1993; MAELA, 2000; DELGADO, 2002; GIRALDO, 2018; HOLT-GIMENEZ, 2008; BIASE, 2010; ALTIERI e TOLEDO, 2011; ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2012, 2016; ROSSET et. al., 2011, 2016; MOLINA e CAPORAL, 2013; GIRALDO e ROSSET, 2017, entre outros.

e) **Institucionalização da agroecologia:** ALMEIDA, 2003; GIRALDO e ROSSET, 2017; ALTIERI e NICHOLLS, 2015; SCHMITT, 2016; SABOURIN, et.al./Rede PP-AL, 2017, entre outros.

Além disso, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a história da agroecologia no Brasil (LUZZI, 2008; BENSADON, 2017; SCHMITT, et. al., 2017), bem como uma consulta ao Banco de Teses da CAPES, para identificar os principais temas, escalas de análise, abordagens e áreas de pesquisa com o termo “agroecologia” em nosso país. Destacamos aqui que essa consulta, realizada em julho de 2018, retornou um número de 2025 trabalhos acadêmicos entre 1993 e 2018, com 1550 dissertações de mestrado e 291 teses de doutorado. Pudemos observar que há claramente uma ascensão do interesse de pesquisa por este tema ao longo dos anos, com destaque para os anos 2000, seguindo a tendência já apontada por Wezel *et. al.* (2009) no âmbito internacional⁴. Também percebemos que as pesquisas sobre agroecologia concentram-se nas áreas de ciências agrárias, multidisciplinar e ciências humanas, como se vê nos gráficos abaixo:

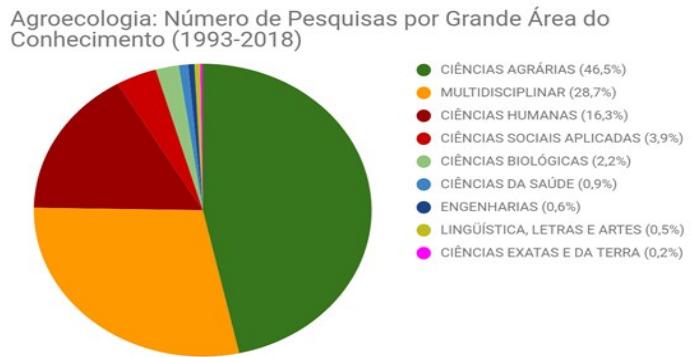
Figura 1: Gráfico elaborado pela autora



Fonte: Banco de Teses da CAPES (acesso em jul/2018)

⁴Segundo Wezel *et. al.* (2009), a ocorrência do termo “agroecolog” ou “agro-ecolog” na Web of Science passou de 6 em 1991 para 141 em 2007. Nos resumos da CAB Abstracts, eram 2 registros em 1971; 102 em 1991 e 208 em 2007.

Figura 2: Gráfico elaborado pela autora.



Fonte: Banco de Teses da CAPES (acesso em jul/2018)

Por fim, foram consultadas as páginas de internet das principais organizações mapeadas neste levantamento, como a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Centro de conhecimentos sobre agroecologia da FAO, Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES), La Via Campesina (LVC), Movimiento Agroecológico de América Latina y el Caribe (MAELA), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Revista Agroecología e Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA).

A partir de todo este material, foi possível identificar o panorama global e trajetória dos principais debates do campo agroecológico, selecionar as publicações acadêmicas mais relevantes para a pesquisa e reconstruir o histórico da origem, disseminação e transformação do termo “agroecologia” pelo mundo e em diversas instituições.

3 ORIGEM NOS PAÍSES CENTRAIS: A AGRONOMIA ENCONTRA A ECOLOGIA (~ 1930-1970)

O termo “agroecologia” foi utilizado pela primeira vez em 1928 pelo agrônomo russo Basil Bensin. Em 1930⁵ ele voltou a usar o termo, em uma publicação do Instituto Internacional para Agricultura de Roma (órgão precursor da FAO), na qual defendia a necessidade de cooperação internacional em “investigação agroecológica” (Gliessman, 2013). Bensin definiu preliminarmente a agroecologia como a *aplicação da ecologia à agricultura*, sugerindo que esta ciência descreveria o uso de métodos ecológicos em pesquisas sobre cultivares agrícolas comerciais (Wezel et. al., 2009).

Segundo Gliessman (2013), naquele tempo o termo “ecologia agrícola” (*crop ecology*) já era comumente utilizado para se referir, de maneira geral, ao desenvolvimento de técnicas que satisfizessem as necessidades dos organismos vegetais para obtenção de maiores rendimentos agrícolas. Porém, Bensin criticava a agronomia experimental de sua época, focada em aumentar o rendimento produtivo através do uso de novos *inputs* e técnicas, mas sem investigar as causas dos resultados obtidos. Apresentou a agroecologia como uma ciência multidisciplinar que deveria considerar todos os fatores que influenciam o desenvolvimento e sucesso de um vegetal, de modo a ajudar os agricultores a reduzir os riscos de suas atividades. Para ele, a investigação agroecológica deveria basear-se na botânica, melhoramento vegetal, meteorologia, climatologia, ciência do solo e agronomia experimental (Gliessman, 2013).

Nos anos 1950, o ecólogo/zoólogo Tischler publicou vários artigos usando o termo agroecologia. Ele apresentou resultados de pesquisas agroecológicas, em particular sobre manejo de pragas e discussões sobre biologia dos solos, interações de insetos e biocenose, proteção de plantas em paisagens agrícolas ou em *habitats* não-cultivados. Seu livro foi o primeiro a ter o título “Agroecologia” (1965) e apontou a necessidade de entender a ecologia de cada um dos componentes do sistema agrícola, da adaptação vegetal ao manejo de insetos e à pecuária, defendendo que o currículo agronômico deveria ser desenhado sob um ponto de vista ecológico sobre adaptação vegetal (Wezel et. al., 2009 e Hecht, 1995).

⁵O texto de 1928 intitula-se: “Agroecological characteristics description and classification of the local corn varieties”, e o texto de 1930 intitula-se: “Possibilities for international cooperation in agroecological investigations”.

Entre 1930 e 1960 vários estudos foram publicados sem usar explicitamente a palavra “agroecologia”, mas aplicando os significados de agroecologia que predominavam neste período. O zoólogo alemão Friedrichs, que trabalhou nos trópicos, por exemplo, publicou um livro relacionando fatores ecológicos e ambientais para chegar a estratégias para manejo de pragas através de controle biológico. Em 1938, o agrônomo grego Papadakis salientou que a produção agrícola deveria estar baseada nas respostas dos cultivos ao meio ambiente (Hecht, 1995). Em 1956 o cientista italiano Azzi propôs o campo de ecologia agrícola como um modo de integrar todas as ciências que já eram utilizadas separadamente pela agronomia. No fim da década de 1960, o agrônomo francês Hénin (1967) definiu a própria agronomia como “a ecologia aplicada para produção vegetal e manejo de terras agrícolas” - definição parecida com a de Bensin para a agroecologia (Wezel *et. al.*, 2009).

Em 1969, o ecólogo estadunidense Eugene Odum apresentou o conceito chave de “agroecossistema”, para designar o ecossistema “domesticado”: intermediário entre um ecossistema “natural” (com mínimo impacto humano) e um ecossistema “fabricado” (sob forte controle humano, como as cidades):

No coração da agroecologia está a ideia de que o campo de cultivo é um ecossistema onde os processos ecológicos encontrados em outras formações vegetais como ciclo dos nutrientes, interações predador/presa, competição, comensalismo e sucessão ecológica também ocorrem. A agroecologia foca nas relações ecológicas do meio, e seu propósito é iluminar a forma, dinâmicas e função dessas relações (HECHT, 1995, p. 4).

Segundo Hecht (1995), o modelo de agroecossistemas proposto por Odum foi um primeiro passo para aprofundar o entendimento sobre as relações ecológicas na agricultura. Porém, ainda era essencialmente voltado à agricultura ocidental capitalista em zonas temperadas. Entre os anos 1930 e 1960, a maior parte das pesquisas com o nome de “agroecologia” tratavam principalmente de questões circunscritas às ciências naturais, girando em torno da ciclagem de nutrientes, das interações entre pragas e plantas e da sucessão ecológica, com o objetivo de compreender melhor as dinâmicas dos agroecossistemas para manipulá-los de forma mais eficiente.

4 DISSEMINAÇÃO NOS PAÍSES PERIFÉRICOS: OS AGRÔNOMOS ENCONTRAM AS COMUNIDADES RURAIS (~ 1970-1980)

Com os esforços pela internacionalização da Revolução Verde, diversos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico agrícola foram fundados em países periféricos,

com recursos e pesquisadores provenientes de países centrais. Ainda que minoritários, alguns dos agrônomos que desenvolviam a abordagem ecológica foram estudar nos trópicos, de modo que, a partir da década de 1970, houve uma enorme expansão da literatura agronômica com uma perspectiva ecológica em ecossistemas tropicais.

Quando transpostas para os trópicos, as pesquisas agroecológicas ganharam grande interesse, dada a riqueza da biodiversidade mesmo em agroecossistemas de solos pobres, o que apontava para interações ecológicas complexas e diferentes das encontradas em regiões temperadas. Na contramão dos esforços pela difusão da Revolução Verde, esses estudos apontavam que os agroecossistemas que emulavam os processos naturais de sucessão ecológica eram mais estáveis e resilientes do que as monoculturas. Estas últimas estavam se mostrando mais suscetíveis a ataques de pragas e mais dependentes de fertilizantes sintéticos, que rapidamente exauriam os solos.

Nessa época, diversas pesquisas foram feitas na América Latina, Ásia e África, concluindo que os modelos ecológicos de agricultura tropical deveriam seguir alguns princípios, dentre eles: incluir uma grande diversidade de espécies/cultivos; combinar plantas que formam associações simbióticas; e usar espécies perenes no sistema de produção para bombear nutrientes de diferentes partes do solo, aumentando a capacidade total do estoque de nutrientes do ecossistema (Hecht, 1995).

Entretanto, o que começou a chamar a atenção dos pesquisadores foi constatar que muitos desses princípios já eram aplicados em sistemas de produção de alimentos desenvolvidos por populações rurais tropicais para garantir o abastecimento de suas comunidades. As estratégias agrícolas dessas populações se mostraram extremamente complexas e sofisticadas, revelando culturas e cosmologias que favoreciam os processos ecológicos em vez de contrapor-se a eles. Esse fato gerou um interesse cada vez maior pela contextualização social dos sistemas produtivos e pelas culturas indígenas e camponesas (*Ibid.*).

Foi somente a partir desse momento que os agroecólogos passaram a tomar consciência e discutir com mais profundidade o componente humano e social do agroecossistema. Em 1973, o ecólogo estadunidense Daniel Janzen, que estudava cultivos agrícolas de comunidades tradicionais em regiões tropicais, aprimorou o conceito de agroecossistema ao propor que os “ecossistemas produtivos” deveriam ser fundados em conhecimento ecológico local, localmente adaptados ao ambiente e à cultura e desenhados para responder às necessidades locais, antes de responder à demandas externas. Janzen foi um dos primeiros a perceber a importância de aliar a produção

agrícola à conservação das florestas tropicais e do modo de vida e cultura dos povos locais dessas regiões (Gliessman, 2013).

Por sua vez, o trabalho de Cox e Atkins (1979) considerou a agricultura como resultado de um longo processo de co-evolução entre cultura e ambiente, e localizou os diferentes sistemas de produção alimentar em seu contexto ecológico e histórico. Ênfase considerável foi colocada no valor dos sistemas de cultivo locais e tradicionais, com uma longa história de experiência, mudança e adaptação (*Ibid.*).

Aos poucos, a agroecologia não só começou a abarcar as sociedades humanas como parte dos agroecossistemas que estudava, mas o próprio termo “agroecologia” passou a designar as práticas de manejo agrícola tradicionais, principalmente na América Latina. O agrônomo chileno Miguel Altieri (2015) chega a afirmar que “os conhecimentos e as práticas utilizadas pelos indígenas e camponeses da Mesoamérica, dos Andes e do trópico úmido constituem as raízes da agroecologia na América Latina” (ALTIERI, 2015, p. 7). Essa visão é corroborada pelo sociólogo espanhol Eduardo Sevilla Guzmán (2011), que afirma que a agroecologia teria se desenvolvido enquanto parte constituinte da matriz sociocultural de povos latino-americanos, que ao longo de sua história criaram estratégias próprias de manejo de agroecossistemas, baseadas na resiliência e na complementaridade entre processos sociais e naturais. Hecht (1995) afirma que

O uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 1970, mas a ciência e a prática da agroecologia são *antigos como as origens da agricultura*(...). Sistemas agrícolas desenvolvidos localmente rotineiramente incorporaram mecanismos para acomodar os cultivos à variação do ambiente natural e para protegê-los da predação e da competição (HECHT, 1995, p. 1 – grifo nosso).

Esses autores entendem que aquilo que estava apenas começando a desenvolver-se nos marcos da ciência ocidental moderna a partir da união entre a agronomia e a ecologia, “já tinha sido desenvolvido” há muito tempo pelos povos e comunidades tradicionais existentes na América Latina e em outras regiões do mundo.

Em nossa pesquisa não partimos desse ponto de vista para reconstituir a história da agroecologia, por entendermos que se trata de uma visão anacrônica, tanto sobre a genealogia do conceito de “agroecologia”, quanto sobre os diversos sistemas de produção agrícola indígenas, camponeses e tradicionais. Ainda que exista uma “boa intenção” de com isso “valorizá-los”, é necessário problematizar o ato de rotular como “agroecologia”, sistemas agrícolas que se desenvolveram sob motivações, processos históricos e culturais próprios, muitas vezes milenares, e que em muito se diferem do contexto

acadêmico, produtivista e relativamente recente no qual a agroecologia concretamente surgiu e se desenvolveu.

De toda forma, o fato é que a *ideia de equivalência* entre agroecologia e prática de manejo indígena/tradicional ganhou força. Segundo Wezel et. al. (2009), nos anos 1980 a palavra “agroecologia” começou a ser utilizada para descrever *práticas* agrícolas novas ou já existentes, principalmente na América Latina.

5 DISSEMINAÇÃO NOS PAÍSES PERIFÉRICOS: A AGROECOLOGIA ENCONTRA AS LUTAS CAMPONESAS (~ 1980-2000)

Historicamente, o manejo agrícola sempre incluiu nas diversas sociedades ricos sistemas simbólicos e rituais que regulavam o uso da terra e desenvolviam o conhecimento agrícola (inclusive entre o campesinato europeu). Porém, essas cosmologias foram objeto de intensa perseguição durante a Inquisição católica, perseguição esta que se espalhou por todo o mundo durante o período colonial. A evangelização, junto com as doenças, as mortes e a escravização tiveram grande impacto sobre a transmissão e desenvolvimento das tecnologias agronômicas de povos africanos e latinoamericanos, cuja interrupção foi ainda mais agravada pela integração de seus territórios às redes mercantis e coloniais. Com a emergência dos cultivos para fins comerciais e a crescente pressão por itens específicos para exportação, estratégias milenares de uso da terra foram desestabilizadas. A transição de epistemologias operada pela ascensão da ciência positivista também contribuiu para transformar a relação estabelecida entre sociedade e natureza (Hecht, 1995).

A expansão da Revolução Verde nos países periféricos continuou este longo processo histórico de invisibilização dos conhecimentos tradicionais relacionados ao manejo agrícola, aprofundado pela industrialização agrícola capitalista e pela imposição de pacotes tecnológicos que, sob o prisma dos teóricos da dependência, foram responsáveis por uma nova forma de colonialismo carregado por motivações geopolíticas (Sevilla-Guzmán e Woodgate, 2013; Perkins, 1997). Concordamos com Porto Gonçalves (2004) que, mais do que uma revolução técnica, a Revolução Verde implicou um processo político e ideológico, podendo ser considerada um contraponto tecnicista às “revoluções vermelhas” e camponesas do século XX⁶.

⁶ Para uma sistematização sobre a geopolítica da revolução verde e sua conexão com a evolução dos ciclos de acumulação capitalista ao longo da história, ver Reinach (2020).

Nesse contexto, as inovações sustentáveis e as técnicas que despontaram como “alternativas” ao modelo da Revolução Verde, como a agroecologia, também desenvolveram, aos poucos, seu próprio conteúdo político e ideológico. A título de ilustração, retomamos brevemente um episódio emblemático que ocorreu no México: Em 1974, foi fundado o Colégio Superior de Agricultura Tropical (CSAT) em Tabasco, no centro de um grande projeto financiado pelo Banco Internacional de Desenvolvimento, conhecido como “Plano Chontalpa de Desenvolvimento”. A primeira fase do Plano Chontalpa foi limpar 90.000 hectares de floresta tropical, drenar as terras alagadas, remover as comunidades locais, e implementar uma monocultura de larga escala de milho, feijão e cana-de-açúcar para exportação, aplicando as tecnologias da Revolução Verde. O CSAT tinha, como um de seus objetivos, treinar agrônomos em campos experimentais, e oferecia, dentre suas disciplinas, uma de ecologia aplicada à agricultura, ou “agroecologia” (Gliessman, 2013).

Quando o enfoque agroecológico foi aplicado ao estudo dos monocultivos do Plano Chontalpa, os estudantes mexicanos perceberam que o projeto não era sustentável do ponto de vista ambiental, social, econômico ou cultural, o que, por sua vez, contrastava com a agricultura tradicional Maya praticada por camponeses às margens do projeto. Professor do CSAT e inspirado pelo trabalho de Efraím Hernandez Xolocotzi, Stephan Gliessman percebeu que o saber empírico dos povos locais, baseado na observação e na prática e com fortes raízes culturais, constituía uma fonte de conhecimento para conceituar e aplicar a agroecologia.

Em fins dos anos 1970, o CSAT ofereceu o que provavelmente foi o primeiro curso universitário em agroecologia, e promoveu um seminário regional em 1978, com o título “Os agroecossistemas com atenção especial ao estudo da tecnologia agrícola tradicional (TAT)”. A partir daí,

O enfoque agroecossistêmico foi definido e aplicado à riqueza de sistemas agrícolas tradicionais por todo o México, não só na região Maya das terras baixas. A agroecologia se apresentou como um meio de estudar, preservar, melhorar e ampliar esses agroecossistemas, e como um forte chamado a todos os estudantes para incluírem a plena participação de agricultores e de suas comunidades para alcançar as múltiplas culturas rurais que estavam sendo rapidamente marginalizadas pela Revolução Verde (*Ibid.*, p. 24).

A adoção do enfoque agroecológico em países periféricos em geral, e na América Latina em particular, ocorreu em um contexto de intensas transformações socioculturais provocadas pela Revolução Verde, que em consequência alimentavam diversas mobilizações coletivas de resistência a ela. Os pesquisadores latinoamericanos que se

debruçaram sobre a agroecologia inevitavelmente se posicionaram e muitas vezes se engajaram contra o modelo agrário/agrícola hegemônico, e em defesa da rica co-evolução histórica e da memória cultural dos sistemas agrícolas locais, indígenas e tradicionais. Aqui, o conhecimento tradicional agrícola passou a ser considerado o *fundamento* da sustentabilidade ecológica, e fonte de alternativas e de oportunidades para as comunidades rurais permanecerem no campo com alguma autonomia diante das corporações transnacionais agroindustriais (*Ibid.*).

Paralelamente à difusão acadêmica da agroecologia, se iniciou também um potente processo de difusão por meio de movimentos sociais. São muito citados como exemplo disso o Movimento Campesino a Campesino (CaC) na América Central e Cuba, e o movimento de Agricultura Natural de Pressuposto Zero, na Índia. Segundo Mier *et. al.* (2019), o Movimento Campesino a Campesino nasceu no início de 1970 em Chimaltenango, Guatemala, a partir de uma iniciativa de camponeses indígenas Maya Kaqchikel, com apoio das ONGs OXFAM e Vecinos Mundiales. Os camponeses faziam visitas recíprocas para trocar experiências sobre agricultura e aprender conjuntamente técnicas ecológicas de conservação do solo e da água, adubação verde, diversificação de cultivos, entre outras. A metodologia utilizada nesses intercâmbios mesclava a tradição do trabalho compartilhado em mutirões; as práticas pedagógicas populares horizontais e freirianas de “ação-reflexão-ação”; a educação popular latinoamericana; a teologia da libertação; e elementos da cultura indígena a que as comunidades pertenciam.

A partir desses encontros, os camponeses envolvidos construíram a cooperativa Kato-Ki, e puderam pouco a pouco se liberar do trabalho em plantações convencionais. Porém, durante a repressão dos anos 1980, os militares destruíram a cooperativa e muitos dos camponeses tiveram que fugir, encontrando trabalho no México, Honduras e Nicarágua. Com essa “diáspora campesina”, a metodologia CaC se expandiu entre múltiplas organizações da região. Entre os projetos mais emblemáticos estão o Centro de Desenvolvimento Integral Camponês de Mixteca (CEDICAM) em Oaxaca, e o Grupo Vicente Guerrero, em Tlaxacala, no México. Esses grupos adaptaram a metodologia da Guatemala a seu contexto social e desenvolveram um amplo repertório metodológico e técnico, que em 1986 foi compartilhado com a Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua (UNAG). Na Nicarágua, o movimento CaC tornou-se um amplo movimento de base assentado na agricultura camponesa agroecológica, chegando a incluir 30 mil famílias de todo o país (Mier *et. al.*, 2019).

Em Cuba, o processo social e metodológico CaC aprendido da mesoamérica foi essencial para a difusão da agroecologia pela Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP)⁷. Com o colapso do bloco socialista entre 1989 e 1990, e o embargo comercial dos Estados Unidos, Cuba foi obrigada a abandonar a agricultura convencional, que dependia de insumos importados da ex-união soviética, altamente dependentes de petróleo. Nesse contexto, o CaC garantiu a rápida difusão da agroecologia para uma transformação agrícola de enormes proporções. Entre 1997 e 2010, um terço das famílias camponesas de Cuba participaram do CaC promovido pela ANAP, chegando à quase metade de todo o campesinato cubano (200 mil famílias) (Mier et. al., 2019 e Vázquez et. al., 2017).

Por sua vez, o Agricultura Natural de Pressuposto Zero (ZBNF na sigla em inglês) nasceu parcialmente em resposta aos graves endividamentos que levavam camponeses da Índia ao suicídio (Rosset e Torres, 2013). O ZBNF é um conjunto de práticas tradicionais e agroecológicas sistematizado pelo agrônomo Subhash Palekar e que se tornou a base de um amplo movimento camponês indiano. O movimento combinou a cosmologia Hindu com a luta contra a Revolução Verde, e teve especial êxito em Karnataka, impulsionado pela Associação de Camponeses do Estado de Karnataka (KRRS, sigla em inglês). Só em Karnataka participam do movimento 100 mil famílias camponesas. O movimento é auto-organizado e baseado em ações voluntárias dos agricultores participantes, que até hoje também promovem intercâmbios entre si parecidos com o CaC (Mier et. al., 2019).

Podemos afirmar que, em países periféricos, os agroecólogos beberam muito dos saberes agrícolas de populações indígenas, camponesas e tradicionais, sistematizaram e incorporaram esses conhecimentos ao lado daqueles desenvolvidos pela agronomia e pela ecologia, e em muitos casos se associaram politicamente a eles. Nesse momento, a agroecologia passou também a ser vista como a base para um *tipo de desenvolvimento agrícola* alternativo à Revolução Verde, defendido por movimentos sociais e também por ecólogos, agrônomos e etnobotânicos trabalhando especialmente no México e na América Central.

São nomes importantes para a consolidação da agroecologia latinoamericana: Efraím Hernández Xolocotzi, Arturo Gomez-Pompa, Stephan Gliessman, Daniel Janzen,

⁷ Para informações mais detalhadas sobre esse processo, ver: Machín Sosa, Braulio, et al. “Revolución agroecológica: el Movimiento de Campesino a Campesino de la ANAP en Cuba” (2010).

Cox e Atkins, Miguel Altieri, Ivan Zuluaga, R. Hart, Ana Primavesi, Juan Gasto, Mario Mejía, entre muitos outros (Altieri, 2015; Gliessman, 2013; Wezel et. al., 2009).

Vale ainda destacar a influência do sociólogo espanhol Eduardo Sevilla Guzmán, que inspirado por Teodor Shanin, Angel Palerm, Joan Martínez Alier e Eric Wolf (Sevilla Guzmán e Woodgate, 2013), em 1978 fundou o Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses (ISEC) na Universidade de Córdoba. O ISEC se envolveu com o movimento de trabalhadores sem-terra de Andalucia (SOC) e trabalhou junto com eles à medida que ocupavam fazendas e começavam a cultivar utilizando técnicas agroecológicas dos camponeses locais. Segundo Sevilla-Guzmán e Woodgate (2013), a relação entre o ISEC e o SOC impulsionou vínculos importantes com os movimentos sociais agrários latinoamericanos e teve uma contribuição significativa para a perspectiva militante que caracteriza a investigação e a docência agroecológica no presente.

Na década de 1990, Eduardo Sevilla-Guzmán desenvolveu junto ao ISEC o corpo teórico do que chamou de “sociologia agroecológica”, que buscou reformular antigos pressupostos e enfoques sociológicos para criar um novo estilo de desenvolvimento agrícola e rural, associando a agroecologia a uma herança do pensamento social agrário simpático ao campesinato (narodnismo russo, anarquismo clássico, marxismo tardio, teoria da dependência, ecologia política)⁸. A perspectiva sociocultural foi reforçada pelas contribuições etnoecológicas do ecólogo mexicano Victor Manuel Toledo, da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Segundo Altieri (2015), o programa de doutorado de agroecologia do ISEC (fundado em 1991) teve um impacto grande na formação de agroecólogos com uma visão social crítica, e muitos deles criaram programas universitários importantes no México, Argentina e Bolívia, bem como projetos de extensão rural de base agroecológica no Brasil.

Assim como na América Latina, a agroecologia ganhou terreno junto a movimentos populares e camponeses principalmente em outros continentes periféricos, e em fins dos anos 2000 a Via Campesina⁹ adotou a agroecologia como um pilar fundamental¹⁰ de sua

⁸ Ver: Sevilla-Guzmán, 2011: “Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario”.

⁹ A Via Campesina é um movimento social internacional que, segundo seu site oficial, é formado por 180 organizações de 81 países, reunindo uma base de mais de 200 milhões de camponeses e camponesas, pequenos e médios agricultores e agricultoras, sem-terrás, jovens e mulheres rurais, indígenas e povos originários, migrantes, trabalhadores e trabalhadoras agrícolas de quase todos os continentes, com exceção da Oceania.

proposta de soberania alimentar, formando uma equipe de instrutores de agroecologia que organizam encontros em escala continental nas Américas, Ásia e África, para compartilhar e desenvolver o enfoque agroecológico. As escolas dos movimentos sociais que compõem a Via Campesina passaram a desenvolver a Pedagogia Camponesa Agroecológica, que articula a pedagogia do exemplo do CaC a outros princípios educativos e de formação política. Podemos citar os Institutos Agroecológicos Latinoamericanos (IALAs), a Universidad Campesina “SURI”, na Argentina, e a Escuela Nacional de Agroecología del Ecuador (ENA) como exemplos de espaços da Via Campesina voltados à formação política e agroecológica (Rosset e Barbosa, 2017; 2019).

A implementação de espaços como os IALAs recebeu apoio da Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia (SOCLA), criada em 2007, que colaboraativamente também com outros institutos de pesquisa, como o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) na Argentina, o Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP) no Chile, o Centro para Investigación em Sistemas Sostenibles de Producción Agropecuaria (CIPAV) na Colômbia, bem como com organizações como a Third World Network (com atuação no sudeste da Ásia e África). Segundo Altieri (2015),

hoje muitos agroecólogos consideram a agroecologia como uma ciência transformadora que deve implementar-se em estreito diálogo e interação com grupos de agricultores representando um constante processo de inovação cognitiva, tecnológica e sociopolítica, intimamente vinculado aos cenários políticos e aos movimentos de resistência camponesa e indígena. Dessa forma, o novo paradigma pedagógico da agroecologia está se construindo em reciprocidade com os movimentos e processos sociais e políticos (ALTIERI, 2015, p.8)¹¹.

Segundo Wezel et. al. (2009) nos anos 1960, 1970 e 1980 o termo “agroecologia” não era usado para descrever um movimento. Isso começou com maior força nos anos 1990, especialmente nos Estados Unidos e América Latina, onde a noção começou a ser usada para expressar um novo jeito de considerar a agricultura e suas relações com a sociedade¹². Tal concepção, no entanto, não substituiu a anterior em todos os lugares. Na Alemanha e na França, por exemplo, a agroecologia permanece até hoje tendo um

¹⁰ Para um panorama sobre a construção da agroecologia na Via Campesina, ver: “Cuaderno 7 – Agroecología Campesina por la Soberanía Alimentaria y la Madre Tierra: Experiencias de La Via Campesina” (2015) e “De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina” (2013).

¹¹ Um exemplo brasileiro de articulação entre universidades públicas, institutos federais de educação, institutos de pesquisa e movimentos sociais em torno da pedagogia agroecológica, é a elaboração do “Dicionário de Agroecologia e Educação”, publicado em 2021 pela Fiocruz e Expressão Popular.

¹²Peter Rosset é um dos autores que mais acumulou discussões sobre os aspectos políticos da agroecologia e sua massificação pelos movimentos sociais. Sobre isso, vale mencionar o livro “Agroecología: ciencia e política (Expressão Popular), de Peter Rosset e Miguel Altieri.

caráter estritamente acadêmico e técnico, - como um enfoque científico e ecológico dado à agricultura – e nunca esteve associada a um movimento social, a não ser através de ONGs e instituições com atuação em outros países.

É notável que o processo de difusão da agroecologia do centro para as periferias (de países centrais para países periféricos; e das academias para as comunidades camponesas e movimentos sociais), implicou um profundo processo de ressignificação e diversificação do termo. Nas décadas recentes, um movimento inverso ocorreu, agora das periferias de volta aos centros. Vejamos como isso aconteceu.

6 DE VOLTA AOS CENTROS: A AGROECOLOGIA ENCONTRA AS ONGS E O ESTADO NEOLIBERAL (~ 2000 em diante)

Paralelamente (e as vezes conjuntamente) à atuação de instituições acadêmicas e movimentos sociais, houve uma forte disseminação da agroecologia na América Latina por Organizações Não Governamentais (ONGs). Em 1989, ONGs de 11 nações latinoamericanas fundaram o Consórcio Latinoamericano sobre Agroecologia e Desenvolvimento (CLADES). O CLADES estabeleceu relações com movimentos sociais rurais e ONGs de desenvolvimento, proporcionando assessoramento e formação agroecológica, e constituiu um programa regional de investigação, capacitação e extensão desenhado para fortalecer os técnicos estatais e agricultores nos princípios e práticas da agroecologia. As relações pessoais e institucionais que se desenvolveram a partir de Universidades como a de Córdoba e Andalucia (Espanha), e a de Santa Cruz (Califórnia), em conjunto com o CLADES e com o Movimento Agroecológico Latino Americano (MAELA) facilitaram a formação e difusão mundial das práticas da agroecologia, através das interações entre ativistas e movimentos sociais, acadêmicos e funcionários do Estado (Altieri, 2015)¹³.

As ONGs, movimentos agroecológicos e institutos de pesquisa voltaram suas demandas ao Estado, recebendo de volta, principalmente a partir dos anos 2000, determinadas políticas públicas de governos e programas estatais, com ênfase em cursos universitários, políticas de extensão rural e, de forma mais modesta, incentivos comerciais com linhas de crédito diferenciadas voltados à produção agroecológica. É importante destacar que tais políticas, ao menos no Brasil, seguiram recebendo aporte financeiro e

¹³Algumas das ONGs pioneiras impulsionadas pelo CLADES e pelo MAELA são: o Centro de Educação e Tecnologia (CET), do Chile, o Centro IDEAS e CIED no Perú, a AS-PTA no Brasil, o Instituto Mayor Campesino e o FUNDAEC, na Colômbia.

apoio institucional mínimos, quando comparado ao aporte financeiro voltado ao modelo convencional do agronegócio.

A adoção da agroecologia pelos órgãos governamentais ganhou grande impulso especialmente através de conferências da FAO, que desde 2010 tornou a agroecologia uma diretriz oficial recomendada pela ONU para garantir o direito humano à alimentação, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico previstos em diversos tratados internacionais. Porém, alguns autores chamam a atenção para o fato de que estas políticas públicas e cursos universitários estão promovendo uma agroecologia de conteúdo tecnocrático e despolitizado (Giraldo e Rosset, 2016), com intenção de combiná-la a tecnologias desenvolvidas pelo capitalismo verde (como a “agricultura climaticamente inteligente”, a “intensificação ecológica da agricultura” ou a “agricultura de conservação”). Isso já ocorre principalmente em países como a França (Norder *et. al.*, 2016). Sintomaticamente, tais políticas públicas deixam intocadas questões estruturais historicamente pautadas pelos movimentos sociais camponeses, notadamente a demanda pela efetiva distribuição de poder e recursos (principalmente terra e território), que de fato determinariam a plena realização da agroecologia.

É notável, no entanto, como é principalmente a partir desta época que a agroecologia salta de um conhecimento marginal e alternativo, a uma proposta cada vez mais central em debates públicos sobre questão agrária, autonomia camponesa, socioambientalismo, diversidade cultural e desenvolvimento rural, recebendo aportes de estudos acadêmicos e também de financiamento internacional para os mais diversos projetos com enfoque agroecológico, principalmente em países periféricos do sistema-mundo capitalista¹⁴.

Para compreender essa situação, é preciso fazer aqui uma breve digressão, e observar o que estava acontecendo no seio do desenvolvimento do capitalismo de forma global. Nessa mesma época surgia o neoextrativismo, um regime de acumulação altamente intensivo em recursos naturais, que se volta com mais força do que nunca à expansão das indústrias de extração (de energias, minérios e outros recursos naturais). Tal regime tem levado a cabo processos de expropriação, através de *landgrabbing*, financeirização, mercantilização e privatização da natureza em vários países do mundo (Composto e Navarro, 2014, p. 50). Esses processos têm intensificado os conflitos

¹⁴ Conforme se observa na “Figura 1”, gráfico apresentado na p. 5 do presente artigo, é a partir dos anos 2000 que as pesquisas sobre agroecologia também ganham expressão dentro da academia.

ambientais, étnicos e territoriais, envolvendo especialmente populações camponesas e indígenas de diversas regiões do planeta.

Um pouco antes disso, difundiu-se a partir da década de 1990, mas com ênfase na década de 2000, por parte do Banco Mundial e organismos multilaterais, o discurso ambiental, tendo como marco a noção de “desenvolvimento sustentável”. A pauta ambiental ganhou força junto à comunidade internacional, cujos mecanismos de cooperação voltaram-se também para a promoção de políticas multiculturais de defesa dos direitos dos “povos indígenas e tribais”, resultando na ambientalização da pauta étnica e na estatização e regulamentação de territórios de povos indígenas e tradicionais.

Esta guinada à ecologia e ao “reconhecimento” de povos e comunidades tradicionais foi celebrada como sinal de vitória de lutas sociais de grupos historicamente colonizados e subalternizados que já faziam há anos a crítica ao modelo desenvolvimentista ambientalmente degradante e culturalmente excludente levado a cabo pelo sistema capitalista global. De fato, tratou-se de uma resposta tardia transnacional a uma série de reivindicações do terceiro-mundismo e do anticolonialismo. Porém, tal resposta revelou-se também uma tentativa, por parte dos organismos multilaterais, de realizar um deslocamento¹⁵ com vistas a uma re legitimação da ideologia capitalista do desenvolvimento, desgastada pelo movimento crítico que vinha se construindo desde pelo menos os anos 1970.

Henri Acselrad¹⁶ afirma que, apesar de carregar a nova roupagem verde, o “desenvolvimento sustentável” segue apostando na conjugação entre crescimento econômico e progresso técnico, fórmula clássica do modelo desenvolvimentista capitalista. Só que dessa vez, o desenvolvimento seria liderado pela “modernização ecológica”, que persegue a eficiência energética e a conservação ambiental, apenas na medida em que estas protegem as bases materiais da reprodução capitalista.

Na mesma linha, surgiu aquilo que o autor chama de “multiculturalismo neoliberal”: o apoio pró-ativo que os proponentes do neoliberalismo têm dado a demandas limitadas dos movimentos indígenas como forma de fazer avançar sua própria agenda. Ao apresentar-se como defensor de direitos indígenas e de populações tradicionais, o Banco Mundial teve a possibilidade de barrar demandas de maior alcance, definindo *à priori*: a) o

¹⁵ Boltanski e Chiapello (1999 *apud* Acselrad, 2010) chamam de “deslocamento” a internalização das críticas realizada por atores hegemônicos para neutralizá-las e dar-lhes um novo sentido, assegurando assim a continuidade dos mecanismos de acumulação e dominação através de uma aparente renovação.

¹⁶ Palestra proferida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0bhJObKoWuU> – Acesso em janeiro de 2024.

espaço ocupado pelo ativismo dos direitos culturais; b) os limites do campo em que futuras negociações sobre direitos culturais viessem a ter lugar; e c) os limites de legitimidade de cada uma das demandas, bem como das ações políticas estatais para atendê-las (Acselrad, 2010).

O discurso do Banco Mundial sobre “etnodesenvolvimento” passou a atrair investimentos privados para implementação de “desenvolvimento sustentável” nas chamadas áreas protegidas, que além de permanecerem sob frágeis mecanismos de tutela, seguiram sendo muito menores do que o volume de terras privadas. Paralelamente, imóveis rurais passaram a ser objeto de transações comerciais envolvendo agências imobiliárias transnacionais, o que gerou um aquecimento inédito no mercado de terras e grande pressão sobre as terras públicas e expropriação de pequenos produtores rurais. Políticas de “reforma agrária de mercado” foram propostas pelo Banco Mundial para retirar a questão da terra do âmbito da luta política e passá-la para o reino do mercado capitalista como agente de pacificação e regulação (*Ibid.*).

Podemos perceber que ao mesmo tempo em que o neoextrativismo retira as bases materiais para reprodução de camponeses, povos indígenas e populações tradicionais (restringindo o acesso às terras de uso comum, aumentando a concentração fundiária, aumentando massivamente a pressão de investimentos estrangeiros sobre terras e recursos latinoamericanos), seus promotores propagam e investem em programas de “desenvolvimento sustentável” e cedem limitadas porções de território a certas frações da população, desde que estas não interfiram nos processos estruturais de acumulação. É uma apologia à diversidade e à sustentabilidade, concomitantemente a uma erosão das possibilidades dessa diversidade e dessa sustentabilidade se darem de forma plena.

Acselrad (2010) afirma que há uma correlação estratégica entre a conjuntura macropolítica de acirramento de conflitos territoriais e de forte ação desenvolvimentista, e uma abertura discursiva no campo dos direitos que serve à construção de legitimidade democrática do mesmo Estado que promove a exclusão.

É importante lembrar que essa construção de legitimidade se refletiu no caráter dos diversos governos que ascenderam ao poder nos anos 2000. Segundo Composto e Navarro (2014), os protestos massivos contra as primeiras políticas neoliberais dos anos 1990 geraram, na América Latina, uma transformação na correlação de forças sociais, culminando, nos anos 2000, em novos arranjos institucionais em busca de legitimidade política. Para as autoras, se no México, Colômbia e Peru a crise de governabilidade foi resolvida mediante disciplinamento social e repressão direta via militarização e

paramilitarização (neoliberalismo de guerra ou armado), no Brasil e na Argentina se produziram governos com discursos progressistas de “centro-esquerda” mas com políticas de continuidade (ou mesmo de aprofundamento) do neoliberalismo a nível estrutural (neodesenvolvimentismo), enquanto que países como Venezuela, Bolívia e inicialmente Equador, deram lugar a governos centrais de atores ligados aos movimentos sociais (que mais tarde também observaram similitudes em relação ao modelo neodesenvolvimentista).

Mesmo que diferenciados, na nova configuração todos os governos latinoamericanos tiveram em comum neste período o fato de basearem seu sustento econômico na exploração e exportação de bens naturais em forma de *commodities*, e em vários casos apostaram na conciliação de classes para abafar conflitos políticos.

Todas essas mudanças governamentais foram precedidas e depois acompanhadas por uma enorme proliferação de Organizações Não Governamentais, que no caso da temática socioambiental passaram a cumprir o papel de intermediárias autorizadas a representar os povos e comunidades tradicionais junto às grandes fontes de financiamento e a estabelecer relação entre estas comunidades e fundos privados de investimento socioambiental.

Joana Coutinho (2011), que estuda a relação entre ONGs e neoliberalismo, compara essas organizações à “armas de paz do império”: surgem para acompanhar a expansão do capitalismo em sua face mais esmagadora e amortecer inevitáveis conflitos com a população expropriada e explorada. Ou, como ilustra a escritora e ativista india抗iglobalização Arundhati Roy (2004), “elas são aquilo que os botânicos chamam de ‘espécie indicadora’. É quase como se quanto maior a devastação causada pelo neoliberalismo, maior o número de ONGs que aparecem” (ROY, 2004, p. 11).

A figura das ONGs surgiu junto com as reformas neoliberais, para preencher o vácuo criado por um Estado em franco enxugamento. Mesmo que involuntariamente, essas organizações se vêm obrigadas a se adaptar às linhas de financiamento que permitem sua sustentabilidade financeira (determinada, por sua vez, por organismos internacionais, programas estatais, igrejas e empresas privadas). É importante lembrar que os fundos disponíveis para as ONGs correspondem a uma minúscula fração do corte de despesas públicas levado a cabo pela cartilha neoliberal, principalmente nos países periféricos (ROY, 2004).

Coutinho e Roy sugerem que as ONGs atuam no âmbito da colaboração de classes, recebendo fundos que tendem a pacificar movimentos sociais que lutam de

forma mais radical contra o sistema hegemônico, culminando naquilo que Roy chama de “ong-ização da resistência”:

Elas alteram a psique pública [...] e apalam as pontas da resistência política. As ONGs formam uma espécie de amortecedor [...] entre o império e seus vassalos. Elas se tornaram os árbitros, os intérpretes, os facilitadores. [...] Transformam confronto em negociação, despolitizam a resistência, interferem junto aos movimentos populares locais que têm sido tradicionalmente auto-suficientes [...] A ONG-ização da política ameaça fazer da resistência um trabalho cortês, razoável, com o seu salário e a sua jornada das 9h às 17h, mais alguns extras. A verdadeira resistência tem verdadeiras consequências. E nenhum salário (*Ibid.*, p. 11 e 12).

As autoras indicam que as ONGs cumprem um papel de hetero-organização, colaboração de classes e amortecimento dos conflitos sociais e ambientais que emergem com a ascensão do neoliberalismo e, posteriormente, do neoextrativismo.

Não há aqui intenção de realizar um juízo de valor generalizante sobre a atuação das ONGs. Houve disputas e transformações importantes desde o momento de surgimento deste tipo de organização até os dias de hoje, e há grande diversidade entre suas muitas expressões, de modo que muitas delas realizam um trabalho comprometido ao lado de movimentos sociais¹⁷. A sua capacidade de subverter e pressionar as linhas de financiamento instituídas não pode ser desprezada. Ainda assim, o que destacamos com essas reflexões é o papel, muitas vezes inconsciente, mas, ainda assim, estrutural, do surgimento da entidade “ONG” em determinado contexto histórico e político do capitalismo. De modo geral, tais entidades tendem a buscar diálogo e negociação com governos e organismos multilaterais, não optando pela radicalidade e pelo conflito e, ainda que exercendo importante papel de pressão e de fortalecimento de movimentos de base, são em grande parte responsáveis por drenar a luta política para a institucionalidade¹⁸.

Em um artigo crítico sobre o processo de institucionalização da agroecologia, Omar Giraldo e Peter Rosset (2016), afirmam que se torna crucial entender como e por quê a agroecologia passou a ser de interesse do capitalismo no contexto geopolítico global. Os autores apontam duas possíveis causas principais:

A primeira seria decorrente das crises inerentes ao sistema capitalista que forçam o capital a expandir-se continuamente em busca de novos processos de acumulação para

¹⁷O próprio CaC recebeu apoio, em diversos contextos, de ONGs de desenvolvimento.

¹⁸Além disso, vale mencionar o artigo de Bernal et. al. (2023), que apresenta as vantagens metodológicas e organizativas do CaC e da experiência cubana da ANAP em relação à extensão rural convencional, seja ela fornecida por entidades governamentais ou ONGs, para a ampliação da escala da agroecologia.

solucioná-las. Nos países tropicais e subtropicais, a agroecologia significou a sistematização de um conjunto de práticas construídas pelos povos em processos milenares de transformação ecossistêmica, em territórios muitas vezes dispersos e longínquos dos centros urbanos, que frequentemente abrigam uma biodiversidade muito rica e ainda inexplorada economicamente. O capital buscaria, portanto, incluir estas práticas tradicionais nos circuitos globais de acumulação de maneira subordinada, de modo a aumentar a extração indireta de mais-valia e ampliar o controle e a apropriação privada sobre bens comuns (Giraldo e Rosset, 2016)¹⁹.

A segunda causa apontada pelos autores estaria na contradição capitalista expressa pela industrialização da agricultura através da Revolução Verde, cuja tecnologia autodestrutiva teria degradado suas próprias condições de produção, simplificando e sobre-explorando os ecossistemas e pondo em risco sua rentabilidade. O agronegócio estaria agora em período de declínio, gerando uma crise do sistema agroalimentar como um todo (Leff, 1998 *apud* Giraldo e Rosset, 2016), sendo obrigado a renovar sua base tecnológica e entrando em uma nova etapa voltada à ecologização técnica.

Além disso, os autores sugerem que a institucionalização da agroecologia poderia servir para apaziguar o que chamam de “revoluções agroecológicas” - formas de auto-organização social e disseminação do conhecimento campesino de forma autônoma (como no Movimento Campesino a Campesino) para subordiná-las à lógica estatal e mercadológica.

Atentos a esse movimento, nas últimas décadas movimentos sociais agroecológicos, como os que compõem a Via Campesina, vêm se posicionando contra o que enxergam como uma “cooptação” da agroecologia por parte de instituições interestatais capitalistas. O II Encontro Continental das Américas de 2011 afirmou: “a agroecologia é nossa e não está à venda” (LVC, 2011 *apud* SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013 p. 33). No mesmo tom, a declaração do Fórum Internacional de Agroecologia, realizado em Selingué, Mali, afirmou:

[...] para nós, a agroecologia jamais será uma ferramenta para perpetuar o modelo dominante. Para nós, a agroecologia não é uma ferramenta para tornar o sistema alimentar industrial mais sustentável. É, sim, uma alternativa radical a esse modelo. Enxergamos a agroecologia como uma ferramenta de transformação e mudança radical. Propomos uma agroecologia popular para um poder popular (FIA, 2015, p. 24).

A evolução dos documentos e declarações da Via Campesina demonstram que

¹⁹ Em Reinach e Fabrin (2020) e Reinach (2021) trazemos alguns exemplos concretos sobre como esse movimento tem ocorrido na atualidade por meio das “cadeias de valor da sociobiodiversidade”.

desde a incorporação da agroecologia pela FAO, organismos multilaterais e órgãos governamentais, houve um esforço de seus movimentos membro para revestir a agroecologia com um viés contra-hegemônico: sinônimo de agricultura camponesa, ferramenta de luta anticapitalista e também de produção e reprodução de um modo de vida criado e mantido pela classe camponesa e à serviço da humanidade, que se contrapõe às “falsas soluções” do “capitalismo verde” propostos pela FAO (entre as quais estaria a agroecologia). Radicalizam portanto o sentido dado ao termo, para disputar seu significado com as instituições de reprodução do *status quo*, ainda que a própria Via Campesina, dialética e contraditoriamente, tenha contribuído para pressionar essas mesmas instituições pela sua adoção²⁰.

7 A DIALÉTICA DO SABER-PODER NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

É possível perceber que desde o surgimento do termo “agroecologia” em 1930 em países centrais do sistema-mundo capitalista, passando por sua ressignificação nos anos 1970 no contexto periférico, até sua incorporação à agenda de políticas públicas de governos e organismos multilaterais a partir dos anos 2000, o significado da agroecologia se transformou de diferentes maneiras e em diferentes direções.

Se em sua gênese o termo “agroecologia” foi desenvolvido em países centrais, associado a uma concepção utilitarista da natureza, visando métodos de incremento da produção agrícola através do manejo ecológico de cultivares de interesse comercial, ao chegar em países periféricos a agroecologia passou a associar-se a uma visão co-evolutiva entre natureza e cultura, característica da cosmologia de populações rurais que já desenvolviam sofisticadas estratégias de manejo ecológico para o abastecimento de alimentos de suas comunidades.

O termo “agroecologia” passou então a também ser usado para designar práticas agrícolas já existentes e historicamente renegadas pela ciência positivista moderna, forçando a ciência tradicional a adotar um enfoque pluriepistemológico de “diálogo de saberes” que valorizasse a complementaridade entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Neste contexto, a agroecologia passou também a ser utilizada para fortalecer

²⁰ Para um estudo comparativo entre o discurso político da FAO e da Via Campesina sobre agroecologia, ver Reinach (2020).

processos de resistência de populações camponesas marginalizadas pela difusão da Revolução Verde, ganhando contornos de movimento social.

Por outro lado, parte do movimento agroecológico institucionalizou-se em ONGs e voltou majoritariamente suas demandas ao Estado e a organismos multilaterais, em busca de direitos, reconhecimento e legitimidade institucional. Suas demandas começaram a ser “contempladas” a partir do momento em que convergiram com a passagem do capitalismo à fase neoextrativista, que incorporou estrategicamente a ecologização técnica e o discurso de defesa de “povos e comunidades tradicionais” como forma de inseri-los em cadeias de valor de forma subordinada, culminando em tímidas políticas públicas que reduzem o sentido potencialmente emancipatório da agroecologia defendido por alguns movimentos sociais.

Cada uma dessas transformações, entretanto, desdobrou-se em grupos de atores com entendimentos e discursos diferentes, que apontam para estruturas sociais, práticas e expectativas diversas girando em torno do mesmo conceito de “agroecologia”.

Podemos explicar essas transformações da agroecologia como parte das dinâmicas de instituição do saber-poder, que passam por processos de luta entre autoridade e liberdade e entre saberes dominantes e subalternos na construção do conhecimento. Ferreira (2016) demonstra que

devemos romper com a visão da história da ciência tal como concebida pela teoria da modernização científica, que a escreve como epopeia da evolução e aperfeiçoamento da técnica. A história do conhecimento não pode ser senão a história da guerra dos saberes e de sua economia [...]. Ou seja, a ciência não produz a verdade e elimina o erro; a verdade é uma “relação” que se impõe aos objetos e sujeitos por meio de condições complexas e não uma realidade exterior apreendida e interiorizada (FERREIRA, 2016, P. 50).

Com isso, ele quer dizer que a constituição de paradigmas e sua aplicação ou validade diz respeito, não somente a sua cientificidade ou eficácia concreta na resolução de questões e problemas, mas também a questões políticas e sociais que conformam determinado contexto histórico, e que resultam na adoção ou descarte de certas visões de mundo em detrimento de outras.

Essa depuração científica está intimamente relacionada, segundo Ferreira (2016), com o fato de que “a detenção da ‘verdade’ é um instrumento de autoridade, interna ao campo científico e externa a ele. Assim, a exclusão dos paradigmas não é apenas um atraso ou adiantamento do progresso científico, mas uma ação de exclusão-repressão de visões alternativas e de problemas alternativos” (FERREIRA, 2016, p. 51). Desse modo, a história da ciência pode ser entendida como a constituição de uma série de saberes

dominantes, que se estabelecem em detrimento de uma série de saberes subalternos. Thomas Kuhn (1998) já nos dizia que as revoluções científicas sofrem resistência de parte da comunidade que sustenta os paradigmas dominantes. Para Ferreira (2016),

as revoluções científicas não são apenas revoluções tecnológicas; elas podem ser também insurreições/revoluções sociais, no sentido que saberes subalternos se transformam em saberes insurgentes, negando os saberes e poderes científicos dos paradigmas dominantes para libertar novas formas de visão de mundo e projetos de sociedade e ciência. O saber insurgente assim é também um fator de revolução científica (Ibid., p. 51).

Por outro lado, um saber insurgente pode se tornar um saber dominante na medida em que ganhe o *status* de autoridade para detenção da “verdade”, até que outro saber subalterno se insurge em busca de liberdade, e concorra com ele para tomar seu lugar, em uma constante dialética entre autoridade/liberdade, em um contínuo movimento de ação e reação.

[...] os paradigmas e escolas da “ciência normal” tendem a reprimir o desenvolvimento de novas teses e problemas. Como a ciência se desenvolve na interação saber-poder, essa repressão não é nunca meramente cognitiva ou por razões internas ao campo científico, mas também essencialmente política. [...] podemos considerar também que os paradigmas alternativos representam não somente acumulação, mas a oposição, o dissenso e a existência de vias alternativas de prática científica (Ibid., p. 52).

Podemos pensar como a agroecologia responde a esse movimento. Em seus primórdios, nos anos 1930 nos contextos Europeu e norte-americano, a agroecologia surge como um saber subalterno. Ainda que legitimada pelo *status* científico da agronomia e da ecologia, tratava-se de um conhecimento marginal em relação à ciência agrícola hegemônica que mais tarde se alinhou à Revolução Verde e que se tornou dominante.

Quando chegou às periferias do sistema-mundo, a agroecologia foi beber dos saberes ainda mais subalternizados do campesinato marginalizado, que não tinham sequer o *status* de ciência e eram desprezados como superstições (tal supressão dos saberes camponeses corresponde, justamente, à ação de mecanismos de dominação que negaram a sua legitimidade). Nesse contexto, a agroecologia revestiu-se da autoridade da ciência, arrogando-se o papel de legitimar paradigmas representados pelas variadas formas de agricultura camponesa.

Mesmo nos centros da economia capitalista e dentro do meio acadêmico, o saber agroecológico tornou-se insurgente no momento em que denunciou a irracionalidade do paradigma produtivista e auto-destrutivo da Revolução Verde, apontando para outras possibilidades de desenvolvimento agrícola, ainda que nos marcos do regime capitalista.

Ao ser incorporada por certos movimentos sociais, por sua vez, a agroecologia assumiu de maneira ainda mais contundente, características de um saber insurgente que questionaria a própria sociedade por detrás do saber-poder agrícola hegemônico.

Paralelamente, em busca de legitimidade, o saber agroecológico tanto dos centros quanto das periferias entrou em laboratórios, congressos, governos, em busca de autoridade junto às estruturas e instituições dominantes, ao mesmo tempo em que apontava para a libertação de outras formas de visão de mundo, projetos de sociedade e de ciência. Uma nova transformação aconteceu quando o sistema interestatal incorporou este saber subalterno junto ao saber dominante, porém adaptando-o às estruturas de poder estabelecidas, alinhando-o à ecologização técnica do desenvolvimento sustentável e do multiculturalismo neoliberal e despindo-o de suas características insurgentes.

Porém, um dos “efeitos colaterais” dessa conformação foi, do lado dos movimentos sociais, uma politização ainda maior da definição do conceito de agroecologia, e um questionamento cada vez mais profundo dos saberes-poderes dominantes, assimilando, em alguns casos, um conteúdo anti-hegemônico e emancipatório.

7 CONCLUSÕES

É fundamental notar que, apesar de apresentarmos esse processo como uma sequência histórica linear, não houve uma substituição de um entendimento sobre o outro. Pelo contrário, todas as diferentes formas assumidas pelo conhecimento agroecológico ao longo do tempo estão em voga e coexistem hoje, e por isso mesmo estão em disputa.

De tudo isso, podemos concluir que a agroecologia, assim como qualquer forma de conhecimento, será moldada por aqueles atores e classes sociais que a estejam construindo. Nenhuma característica intrínseca nos permite dizer que a agroecologia seja necessariamente conservadora ou necessariamente emancipatória, pois observamos que ela esteve em disputa e em transformação desde seus primórdios, e segue em disputa até hoje. O processo de luta entre saberes guarda correspondência com o processo de luta de classes. Sendo, portanto, repleto de idas e vindas, avanços e recuos, estando constantemente em aberto e sujeito à dialética entre dominação, resistência e colaboração.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri, Mapeamentos, identidades e territórios. In. Acselrad, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2010.

ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Víctor. La revolución agroecológica en Latinoamérica. **Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO** <http://biblioteca.clacso.edu.ar>, v. 163, 2011.

ALTIERI, Miguel. Breve reseña sobre los orígenes y evolución de la Agroecología en América Latina. **Revista Agroecología**, n. 10, 2015.

BENSADON, Ligia Scarpa *et al.* Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia. **Research Gate**, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313153657_TECENDO_PROJETOS_POLITICO_S_A_TRAJETORIA_DA_ARTICULACAO_NACIONAL_DE_AGROECOLOGIA – acesso em janeiro de 2024

BERNAL, David *et al.* Campesino a Campesino (peasant to peasant) processes versus conventional extension: a comparative model to examine agroecological scaling. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 47, n. 4, p. 520-547, 2023.

COMPOSTO, Claudia.; NAVARRO, Mina. L. Claves de lectura para comprender el despojo y las lutas por bienes comunes naturales en America Latina. In: **Territorios em disputa. Despojo capitalista, lutas em defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para America Latina**. Mexico-DF: Bajo Tierra Ed., 2014.

COUTINHO, Joana A. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. Editora UFSC, 2011.

ETC Group. **¿Quién nos alimentará? ¿La red campesina alimentaria o la cadena agroindustrial?** ETC Group, 2017. Disponível em: <http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/files/etc-quienosalimentara-2017-es.pdf>. Acesso em: 29/01/2024.

FÓRUM INTERNACIONAL DE AGROECOLOGIA (FIA). **Centro Nyélény**, 2015. Sélingué, Mali. Disponível em: <http://www.foodsovereignty.org/wpcontent/uploads/2015/10/NYELENI-2015-PORTUGUES-WEB.pdf>. Acesso em janeiro de 2024.

GIRALDO, Omar Felipe; ROSSET, Peter Michael. La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. **Guaju**, v. 2, n. 1, p. 14-37, 2016.

GLIESSMAN, Stephen. Agroecology: Growing the Roots of Resistance. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, 37:1, 19-31, 2013

HECHT Susanna B. The evolution of agroecological thought, In: Altieri M.A. (Ed.), **Agroecology: the science of sustainable agriculture**, Westview Press, Boulder, CO, USA, pp. 1–19. 1995

HOFFMANN, Maria Barroso. Mapeamentos participativos e atores transnacionais: a formação de identidades políticas para além do Estado e dos grupos étnicos. In. Acselrad, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2010

JOHNSON, Allan G. Sistema-Mundo. In. **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997

LUZZI, Nilda. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. [Artigo] - **32º Encontro Anual Da Anpocs**. Gt 41 – Transformações Sociais E Projetos Políticos Em Concorrência: Reflexões A Partir Do Rural. 2008.

MIER, Mateo et. al. **Escalamiento de la agroecología: impulsores clave y casos emblemáticos**. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333852555> – Acesso em janeiro de 2024.

NORDER, Luiz. et al. Agroecologia: Polissemia, Pluralismo e Controvérsias. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XIX, n. 3 n p. 1-20 n jul.-set. 2016

PERKINS, John. H. **Geopolitics and the Green Revolution: wheat, genes and the cold war**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: Pequena Contribuição Crítica ao Atual Modelo Agrário/Agrícola De Uso Dos Recursos Naturais. **Revista internacional interdisciplinar INTERthesis** 1.1, 2004

REINACH, Mariana H. M. **Controvérsias sobre a Dimensão Social da Agroecologia: Uma comparação entre os discursos políticos da FAO e da Via Campesina**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

REINACH, Mariana H. M. Economia verde e sociedade civil: o capitalismo inclusivo sob a égide do mercado financeiro. In: Camila Moreno. (Org.). **O Brasil na retomada verde: Integrar para entregar**. 1ed.Brasília: Grupo Carta de Belém, 2021.

REINACH, Mariana H. M. e FABRIN, Guilherme A. O potencial emancipatório da agroecologia em questão: Dos riscos de cooptação à construção da autonomia. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, p. 76-105, 2020.

ROSSET, Peter e MARTÍNEZ-TORRES, María E. La Via Campesina y agroecología. IN. **Libro abierto de la Vía Campesina, celebrando 20 años de luchas y esperanza**. 2013 – Disponível em <https://viacampesina.org/es/el-libro-abierto-de-la-via-campesina-celebrando-20-anos-de-luchas-y-esperanza/> - Acesso em janeiro de 2024.

ROSSET, Peter e BARBOSA, Lia Pinheiro. Territorialização da agroecologia na Via Campesina. **Boletim Ecoeco**, n. 39, jan/dez, 2018.

ROSSET, Peter e BARBOSA, Lia Pinheiro. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: aportes da La Via Campesina e da CLOC. **Educ. Soc.** 38 (140). Jul-Sep, 2017. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017175593>

ROY, Arundhati. **O poder público na era do Império.** 2004. Disponível em: <http://imediata.org/lancededados/ARUNDHATIROY/arundatí detergente.html>. Acesso em janeiro de 2024.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario.** La Paz, Bolívia: Plural editores, 2011

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. e WOODGATE, Graham. Agroecología: Fundamentos Del Pensamiento Social Agrario Y Teoría Sociológica. **Revista Agroecología**, n. 8, 2013

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VÁZQUEZ, Luís L. et. al. Políticas públicas y transición hacia la agricultura sostenible sobre bases agroecológicas en Cuba. In.: RED PP-AL, Red Políticas Públicas y Desarrollo Rural en America Latina. **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe.** Brasília: PP-AL, 2017.

WEZEL, Alexander et. al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

História da agroecologia dos centros às periferias: genealogia, disputas e transformações

Mariana Homem de Mello Reinach

Doutoranda

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro, Brasil

mhmr@ufrj.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1942-4191>

Endereço de correspondência do principal autor

Servidão João Batuel da Cunha, 208, Casa 2. CEP: 88048-315, Florianópolis, SC, Brasil.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: dia-mês-ano – Aprovado em: dia-mês-ano

AGRADECIMENTOS

Inserir os agradecimentos a pessoas que contribuíram com a realização do manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: M. H. M. Reinach

Coleta de dados: M. H. M. Reinach

Análise de dados: M. H. M. Reinach

Discussão dos resultados: M. H. M. Reinach

Revisão e aprovação: M. H. M. Reinach

FINANCIAMENTO

A pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CAPES/CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por meio da concessão de bolsas de mestrado. Processo nº E-26/200.904/2019 - BOLSA

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Received em: 02/02/2024

Aprovado em: 17/12/2024

Published em: 29/12/2024